



DataSenado: agressão a mulher no país quase triplica em 8 anos

Dados da pesquisa *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*, apresentados em audiência pública, revelam ainda que o maior número de agressões ocorre antes dos 29 anos

Em audiência na Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, o Instituto DataSenado apresentou a oitava edição da pesquisa *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*, que revela um aumento de 13% para 37% no número de mulheres agredidas por ex-companheiros entre 2011 e 2019.

Feito em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, o levantamento mostra ainda que 27% das entrevistadas já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar e que o maior número de agressões ocorreu antes dos 29 anos. **3**



Jefferson Rudy/Agência Senado — 4/12/2019

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, destacou na audiência pública as ações da Casa em prol da equidade de gênero e raça, que acontecem desde 2015

Sinal aberto da TV Senado vai chegar a municípios de Santa Catarina **2**

Aniversário de 60 anos de relações públicas da Casa terá sessão hoje **2**

Senadores avaliam liberação de *Cannabis* medicinal

A liberação da venda de remédios importados à base de *Cannabis* pela Anvisa repercutiu entre os senadores. Mara Gabrilli defendeu também a autorização para o plantio porque, segundo ela, as famílias pobres não poderão comprar os medicamentos. Já Styvenson Valentim é contra o plantio da maconha para fins medicinais em razão de considerar que o Estado não dispõe de estrutura para fiscalizar eventuais desvios. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado — 26/9/2019

Mara, ao lado de Arns e Telmário, faz uso da *Cannabis* para o controle da dor



Marcos Brindley/Agência Senado

Presidente do Senado em Cruzeiro do Sul, no noroeste do estado

No Acre, Davi diz que haverá recursos para projeto de ponte

Em visita a Cruzeiro do Sul, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que os recursos para a análise de viabilidade da

ponte na BR-364 ligando o Brasil ao Peru estão assegurados no projeto de lei do Orçamento para 2020, a ser votado no dia 17. **2**

Pescadores do Nordeste fazem críticas a medida provisória

Pescadores apresentaram um quadro de crise à comissão externa que acompanha as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral

do Nordeste. Eles disseram que muitas áreas que foram atingidas não estão sendo contempladas na medida provisória editada para o setor. **2**



Pedro Franco/Agência Senado

Audiência pública sobre os impactos foi comandada por Jean Paul Prates (C)

Comissão aprova incentivos a empreendimentos femininos **3**

Avança fundo destinado a pessoas com deficiência **3**

Produtores podem ter Selo da Agricultura Familiar

A Comissão de Agricultura aprovou ontem substitutivo de Eliziane Gama ao projeto de lei que cria o Selo Nacional da Agricultura Familiar. O objetivo é identificar os produtos desse segmento da economia rural, estimulando os pequenos produtores. Hoje definido em portaria do Ministério da Agricultura, com o projeto o selo seria previsto em lei, conferindo maior segurança jurídica a essa certificação. A proposta seguiu para o Plenário. **4**

Davi confirma recurso para estudo de ponte Brasil-Peru

Em visita a Cruzeiro do Sul (AC), o presidente do Senado afirmou que os recursos para a análise de viabilidade da obra na BR-364 estão assegurados no projeto de lei do Orçamento, a ser votado no dia 17

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, confirmou ontem a destinação de recursos do Orçamento para a contratação de um estudo de viabilidade econômica e financeira visando à construção de uma ponte sobre o Rio Juruá, no Acre, que facilitará a ligação rodoviária entre Brasil e Peru.

— É um dia importante para o estado do Acre e para

o Brasil, porque o Congresso Nacional e o governo brasileiro passaram a entender a importância dessa obra para a região. Asseguramos a primeira etapa da construção da ponte com os recursos para o estudo — disse.

A convite do senador Marcio Bittar (MDB-AC), Davi participou do Fórum de Interligação Brasil-Peru, que reuniu empresários e representantes do

poder público para tratar do tema em Cruzeiro do Sul (AC).

O recurso para o estudo técnico é resultado da articulação da bancada de senadores do Acre no Congresso. A senadora Mailza Gomes (PP) e o governador Gladson Cameli participaram do evento. Antes, a comitiva visitou o local onde deverá ser construída a ponte.

Os cerca de R\$ 7 milhões para o estudo estão assegurados no projeto da Lei Orçamentária Anual (PLN 22/2019), que será analisado no dia 17. A previsão é que o estudo técnico seja concluído em um ano.

A ponte na BR-364 deverá ter 120 metros de extensão e poderá ser usada estrategicamente como saída para a produção agroindustrial brasileira para o Pacífico. Hoje a travessia é feita por balsa.



Marcos Brondão/Senado Federal

Construção de ponte no Rio Juruá tem R\$ 7 milhões assegurados

Pescadores relatam crise após chegada de óleo ao NE

Um quadro de colapso econômico, com riscos para a saúde dos trabalhadores e fome foi o cenário apresentado por representantes do segmento pesqueiro à comissão temporária externa que acompanha as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral do Nordeste. Representante de pescadores do Fortim (CE), Maria Eliene disse que é a maior crise já enfrentada.

O governo editou na semana passada a MP 908/2019. Pela medida, os trabalhadores dos locais afetados e identificados no Registro Geral de Pesca-

dores (RGP) farão jus a duas parcelas no valor de um salário mínimo (R\$ 998). Da Pastoral dos Pescadores, Ormezita Barbosa disse que muitas áreas atingidas não estão sendo contempladas na MP. O valor do auxílio foi considerado por ela muito baixo para uma crise que dura desde que as primeiras manchas surgiram, em agosto.

— Além disso, os pescadores estão sendo submetidos à exposição contínua, devido ao contato com a água.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN) prometeu atuar para alterar a MP. Ele pediu ao se-

cretário-adjunto da Secretaria da Pesca no Ministério da Agricultura, João Crescêncio, ações urgentes para os pescadores.

Humberto Costa (PT-PE), avaliou que o consumidor precisa ser mais bem esclarecido ou não voltará a comprar pescado. Zenaide Maia (Pros-RN) lamentou o quadro de fome nas comunidades e o impacto negativo sobre o turismo. Representante do Ministério do Turismo, Luciano Puchalski anunciou que o governo iniciará uma massiva campanha publicitária este mês, estimulando viagens ao Nordeste.

Cidades de SC podem receber TV Senado no sinal aberto

Foi assinado ontem o Acordo de Cooperação Técnica entre o Senado e a Câmara Municipal de São José (SC) para possibilitar a transmissão da TV Senado e da Rádio Senado na Região Metropolitana de Florianópolis. O senador Dário Berger (MDB-SC), com apoio

do Esperidião Amin (PP-SC), foi autor do acordo.

O documento prevê que a Câmara de São José atue como interlocutora do Senado junto ao poder público de Santa Catarina, para buscar parcerias.

Amin considerou o acordo uma vitória para o Congres-

so, “compartilhada com um município extraordinário em matéria de participação comunitária, de desenvolvimento e empreendedorismo”. Dário ressaltou que a Câmara de São José é a primeira com quem o Senado fez parceria para instalação da TV Senado.

Styvenson denuncia salários em empresa de águas e esgotos

Styvenson Valentim (Podemos-RN) denunciou ontem em Plenário os altos salários de servidores da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, de até R\$ 70 mil mensais. Ele afirmou que não se trata do presidente da empresa, como tinha afirmado na quarta, que recebe em torno de R\$ 20 mil. Ainda assim, ele considerou a situação esdrúxula, tratando-se de empresa que vem dando quase R\$ 1 milhão de prejuízo por mês.

— Numa empresa com praticamente 90% dos custos sustentados com o dinheiro dos cidadãos do Rio Grande do Norte, não se justifica.

Amin celebra sanção da lei da sociedade de garantia solidária

Esperidião Amin (PP-SC) aplaudiu ontem em Plenário a sanção da Lei Complementar 169, que permite a pequenos e microempresários e microempreendedores formar sociedade de garantia solidária para avaliar empréstimos. O desafio agora, disse ele, é ajudar o governo a regulamentar a lei no prazo de 180 dias. O senador lembrou que as atividades das micro e pequenas empresas ficam prejudicadas justamente por falta de condições de oferecer garantia para empréstimos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Secretaria de Relações Públicas recebe homenagem em Plenário

Inovação e vanguarda marcam a trajetória da Secretaria de Relações Públicas, Publicidade e Marketing do Senado Federal, que está completando 60 anos. O marco será comemorado hoje, às 14h, no Plenário, em sessão especial, requerida pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF).

Também será festejado o Dia Nacional das Relações Públicas, 2 de dezembro, data de nascimento de Eduardo Pinheiro Lobo, patrono das relações públicas no Brasil.

Responsável pela relação do Senado com seus diversos públicos e a sociedade em geral, por meio de ações e programas premiados, a secretaria desenvolve projetos de planejamento de marketing e criação de campanhas publicitárias, cuida do cerimonial do Congresso (posse de presidentes da República, abertura dos trabalhos legislativos, sessões solenes e especiais), de eventos institucionais e está à frente do Programa de Visitação e do Projeto Jovem Senador.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**
9h Sessão destinada a discursos de senadores e avisos da Mesa.
- SESSÃO ESPECIAL Câmara de S. Luís**
10h Homenagem à Câmara Municipal de São Luís.

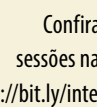
- MOBILIDADE URBANA Mobilidade a pé**
10h Audiência para debater mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros, com foco na mobilidade a pé.
- SESSÃO ESPECIAL Relações públicas**
14h 60 anos da RP no Senado.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>



MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Davi Alcolumbre
- Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia
- Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins
- Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão
- Segundo-secretário:** Eduardo Gomes
- Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro
- Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze
- Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Érica Ceolin
- Coordenadora-geral:** Luciana Rodrigues
- Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Flávio Faria
- Coordenador-geral:** Silvío Burle
- Coordenação de Cobertura:** Paola Lima
- Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá
- Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

Jornal do Senado

- Editora-chefe:** Fernanda Vidigal
- Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil
- Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex
- Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
- Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Agressões a mulheres quase triplicam em 8 anos

Dados foram apresentados pelo Instituto DataSenado em audiência pública promovida pela Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

O INSTITUTO DATASENADO apresentou na quarta-feira, em audiência na Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, a oitava edição da pesquisa *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. O levantamento mostrou que o percentual de mulheres agredidas por ex-companheiros subiu de 13% para 37% entre 2011 e 2019. Segundo a pesquisa, 27% das entrevistadas já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar. Considerando a margem de erro do estudo, o índice permanece estável em relação ao último estudo, em 2017, quando o indicador alcançou o maior nível em toda a série histórica: 29%.

Segundo a pesquisa, feita em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, 82% das mulheres ouvidas acreditam que a violência aumentou. A cada dez mulheres, sete foram agredidas antes dos 29 anos e 60% das entrevistadas conhecem alguém que sofreu algum tipo de violência e o tipo de agressão mais comum, relatada por 66% das entrevistadas, foi a física.

A diretora da Secretaria de Transparência, Elga Lopes, explicou que a pesquisa é feita pelo DataSenado a cada dois anos desde 2005, antes mesmo da aprovação da Lei Maria da Penha. Neste ano, a sondagem integra



Delegacia da Mulher em Brasília: para 82% das ouvidas em levantamento, violência cresceu

o conjunto de iniciativas do Senado no contexto da campanha da ONU 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

— Somos o único instituto que investiga esse assunto e fazemos de uma forma peculiar: só mulheres entrevistam mulheres. Foram ouvidas, neste ano, 2,4 mil mulheres.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, ressaltou que, desde 2015, a Casa tem investido em ações em prol da equidade de gênero e raça. Exemplo disso, afirma, foi a iniciativa do Senado que destina uma cota de 2% nos contratos de terceirização para colabora-

doras em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar.

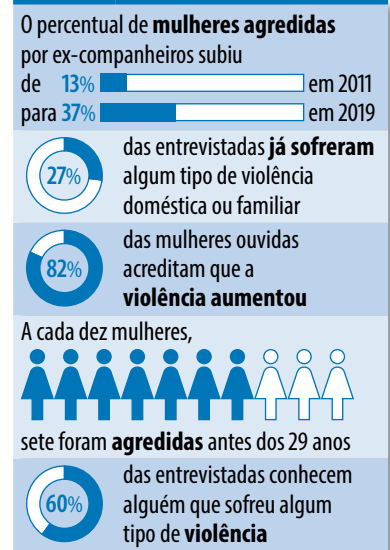
— Em 2019, desenvolvemos uma campanha contra assédio moral e sexual no trabalho.

Segundo Ilana, a ideia é estimular outras organizações a adotar campanhas similares.

Representando o Observatório da Violência contra a Mulher, Henrique Marcos Ribeiro falou a respeito da satisfação de participar do debate e ressaltou que a luta contra a violência às mulheres também é uma causa dos homens.

Violência doméstica

A pesquisa *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher* foi feita em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência



Fonte: DataSenado

— E o fato de ter homens trabalhando com esse tema serve de exemplo de que pode haver uma relação de igualdade e de respeito mútuo entre homens e mulheres.

Foram entrevistadas 2,4 mil mulheres de todas as unidades da Federação, por meio de ligações para telefones fixos e móveis, de 25 de setembro a 4 de outubro.

Projeto oferece incentivos ao empreendedorismo feminino

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou na quarta-feira a proposta que obriga o BNDES a destinar 10% dos seus recursos ao financiamento às mulheres empreendedoras, entre outras medidas. O PLS 106/2018, que tramita na forma de substitutivo de

Soraya Thronicke (PSL-MS) à proposta do ex-senador José Pimentel, segue para a Comissão de Assuntos Econômicos. Os órgãos reguladores do sistema financeiro e fundos constitucionais de desenvolvimento regram a priorização e o repasse de recursos às tomadoras finais.

Comissão aprova fundo para pessoas com deficiência

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou na quarta-feira um projeto de lei que cria o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. O dinheiro aplicado deve servir para a formulação e a execução de políticas públicas destinadas

a essa parcela da população. O texto (PL 552/2019) segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para o autor, Paulo Paim (PT-RS), a plena inclusão das pessoas com deficiência só será alcançada com políticas efetivas e consistentes.

Avança mediação entre filho e pai preso por conselho

Os conselhos tutelares poderão ser obrigados a indicar o responsável por garantir a convivência entre filhos e pais presos. É o que prevê o projeto que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA (Lei 8.069, de 1990), aprovado na quarta-feira pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O PLS 56/2018 segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A Lei 12.962, de 2014, já garante a crianças e adolescentes o direito a convivência com

pais privados de liberdade.

No entanto, argumenta-se no projeto que a atual legislação falha em definir o órgão responsável por garantir e mediar essa convivência. Assim, se propõe que esse órgão seja o conselho tutelar, avaliado como o mais adequado por estabelecer um contato mais direto entre a criança ou o adolescente e a família, vizinhos e comunidade.

O fato de as pessoas terem acesso de forma mais rápida e simplificada ao conselho

tutelar também conta pontos a seu favor.

Ao recomendar a aprovação da proposta a relatora, senadora licenciada Rose de Freitas (Podemos-ES), concordou que o conselho tutelar “é o órgão mais indicado para identificar a pessoa que será responsável, ainda que em caráter interino, por promover o convívio da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade”.

O projeto é do então senador e atual deputado Aécio Neves (PSDB-MG).

Rodrigo Cunha quer mais delegacias para mulheres

Rodrigo Cunha (PSDB-AL) afirmou que apresentará um projeto para aumentar o número de delegacias especializadas de atendimento à mulher. A proposta, explicou, tem como objetivo aumentar a cobertura de assistência e estabelecer locais próximos à residência ou ao trabalho em que as vítimas possam ser acolhidas em vez de se depararem com o desprezo dos agentes.

— O ideal seria um atendimento por uma assistente social, uma psicóloga e, prioritariamente, que seja feito por uma mulher — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lasier defende projeto sobre prisão em 2ª instância

Lasier Martins (Podemos-RS) defendeu ontem a aprovação de projeto dele que altera o Código de Processo Penal para permitir a prisão de condenados em segunda instância. A votação do PL 166/2018 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) será na terça-feira. O relatório de Juíza Selma (Podemos-MT) é favorável à proposta.

— A impressão que se tem é que o Senado tem todas as condições de encerrar essa questão ainda neste ano legislativo e que a parte da Câmara ficará para o ano que vem.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paulo Rocha critica MP do Contrato Verde e Amarelo

Paulo Rocha (PT-PA) criticou ontem a Medida Provisória (MP) 905/2019, que instituiu o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e altera a legislação trabalhista. Para o senador, a MP é uma “reforma trabalhista, misturada a uma reforma administrativa” para continuar a tirar direitos dos trabalhadores.

— Já fizeram isso na reforma trabalhista do governo Temer e na reforma da Previdência. A cada medida provisória vem sempre um conjunto de retirada de direitos — ressaltou Paulo Rocha.



Jefferson Rudy/Agência Senado

RÁPIDAS

SUGESTÃO QUE ACABA COM TAXA DE DESPACHO POSTAL É ACEITA

A taxa de R\$ 15 cobrada pelos Correios para o despacho postal de produtos importados pode ser extinta. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) acolheu a SUG 33/2018, que passa a tramitar como projeto.

OBESOS MÓRBIDOS DEVERÃO TER ASSENTOS EM COLETIVOS

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.804/2019, que reserva 3% dos assentos de coletivos a pessoas com deficiência ou obesidade mórbida. O texto vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

RECÉM-NASCIDO POBRE PODERÁ TER CONTA-INVESTIMENTO

A Comissão de Direitos Humanos aprovou na quarta-feira o PL 4.698/2019, que cria o Programa Criança com Futuro. O texto prevê a uma conta-investimento em nome de cada recém-nascido de família de baixa renda.

Senadores avaliam regulamentação da Anvisa para a *Cannabis* medicinal

Para a senadora Mara Gabrilli, que usa canabidiol para controle da dor, a decisão não beneficia quem não tem recursos para comprar remédio

A LIBERAÇÃO PELA Anvisa da venda de produtos medicinais à base de *Cannabis*, nesta semana, repercutiu no Senado. Usuária do canabidiol para auxiliar no controle de dores e melhoria da qualidade de vida, a senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) disse que a regulamentação proposta pela agência é um primeiro passo. Mas, para ela, o Brasil está atrasado. Em Israel, por exemplo, o uso medicinal de produtos a base de maconha foi aprovado em 1999, permitindo a melhora significativa da vida de milhares de pessoas.

De acordo com a resolução da Anvisa, o comércio será feito exclusivamente por farmácias e mediante receita médica de controle especial. A cultivo e a produção continuam proibidos, o que, de acordo com a senadora, deixará de beneficiar milhões de pessoas, pois o custo para



Marcos Oliveira/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Mara, o Brasil está atrasado no debate e Styvenson não quer o plantio

importar a substância é muito alto e inviável para a maioria das famílias.

— Precisamos garantir o acesso a todos que precisam, que sofrem com dor. Segundo a própria Anvisa, são mais de 13 milhões de brasileiros com diferentes doenças que poderiam se beneficiar desses medicamentos.

A senadora destacou ainda uma recente consulta feita pelo Instituto de Pesquisa Da-

taSenado mostrando que 79% dos brasileiros são a favor que medicamentos feitos a partir da planta da maconha sejam fornecidos de graça pelo SUS.

O debate sobre o uso da maconha medicinal está no Senado desde 2016. Começou a tramitar como sugestão legislativa e foi transformada em projeto de lei. O PL 5.295/2019 foi relatado por Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que é favorável à proposta, na Co-

missão de Direitos Humanos.

— É um projeto positivo e acredito que a sociedade brasileira pode contar com o trabalho do Parlamento.

Já o relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Styvenson Valentim (Podemos-RN), defende a liberação para o tratamento de doenças, mas é contra o plantio da *Cannabis*.

— Medicação se faz na indústria, não em casa, com óleo, com nada disso. Já não existe o medicamento que é caro, que está nos Estados Unidos? Por que não podemos desenvolver o nosso através de pesquisa e fornecer de forma gratuita para as pessoas? Plantar, não! Plantar é um risco, pois a gente não tem o controle de fiscalização.

Mara disse acreditar que ainda seja possível sensibilizar os parlamentares para aprovar o projeto.

Certificação para produtos da agricultura familiar vai a Plenário

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem substitutivo de Eliziane Gama (Cidadania-MA) ao projeto de lei que cria o Selo Nacional da Agricultura Familiar. O intuito da proposição (Projeto de Lei da Câmara 136/2018), que seguiu para análise no Plenário, é identificar os produtos desse

segmento da economia rural.

O texto original, do ex-deputado Assis do Couto, previa a criação do Sistema Nacional de Certificação da Produção da Agricultura Familiar. Eliziane entendeu ser necessário restringir o escopo da proposta aprovada na Câmara, de modo a estabelecer apenas normas gerais para o

tema. Essa alteração é necessária, segundo a senadora, em razão de o selo de produção da agricultura familiar ter sido instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Portaria 45/2009. A ideia do projeto é conferir maior segurança jurídica a essa certificação, tornando-a uma lei.

Esperidião Amin (PP-SC) elogiou o autor do projeto e o relatório elaborado por Eliziane. Na avaliação dele, o PLC 136/2018 trará aprimoramento da competitividade e valorização dos produtos da agricultura familiar.

— Dou meu voto favorável e acho muito oportuna a iniciativa — disse o senador.

Debate: centros ajudam a adequar políticas públicas à realidade local

Representantes de Centros de Desenvolvimento Regional (CDRs) apresentaram os alvos e projetos selecionados na Paraíba, no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal em audiência ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional. O programa de CDRs é a política pública selecionada pelo colegiado para ser avaliada em 2019.

Os CDRs se originaram de

um projeto conjunto do Ministério da Educação, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos e do Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara. Em 2017 foram criados CDRs em Campina Grande (PB), Itapeva (SP), Bagé (RS) e no DF e entorno.

Izalci Lucas (PSDB-DF), presidente da comissão, propôs a realização da audiência. De acordo com a assessora

técnica do CDR-PB, Maria de Fátima Martins, o programa resolve problemas das políticas públicas, que geralmente vêm “de cima”, desconectadas das realidades locais.

No DF, segundo o coordenador do CDR, Neantro Rívano, os alvos são a agricultura familiar, ferramentas digitais para planejamento e gestão, saúde, saneamento e recursos hídricos, economia criativa e

turismo e energias renováveis.

A representante do CDR-RS, Elizabeth Drumm, explicou que, pela primeira vez, a região conseguiu se unir para pensar ações voltadas ao turismo.

Para Zenaide Maia (Pros-RN), o programa visa deixar as pessoas mais felizes. Segundo ela, é consenso que se deve investir em educação, ciência, tecnologia e inovação, pois sem elas “nem democracia se tem”.

Perecíveis processados podem ter preço mínimo estabelecido

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto de lei que estende a aplicação da política de preços mínimos aos produtos derivados de matérias-primas perecíveis. Pelo texto (PL 764/2019), farão jus ao benefício os agricultores familiares, os pequenos e médios produtores rurais e as agroindústrias que adquirirem

esses produtos perecíveis.

De acordo com o autor, Chico Rodrigues (DEM-RR), a garantia de preço mínimo para produtos das atividades agrícola, pecuária ou extrativista, prevista no Decreto-Lei 79/1966, tem aplicação restrita quando se trata de produtos perecíveis. Daí a necessidade, segundo o senador, de alterar a legislação em vigor.

Avança incentivo à produção de flores e plantas ornamentais

Foi aprovado ontem na Comissão de Agricultura (CRA) projeto de lei que cria a Política Nacional de Incentivo à Cultura de Flores e de Plantas Ornamentais de Qualidade. Do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), o Projeto de Lei 4.485, de 2019, visa estimular a produção e a comercialização desses produtos. O texto seguiu para votação em Plenário.

A política terá como diretrizes a sustentabilidade econômica e socioambiental e o aproveitamento da diversidade cultural, ambiental, de solos e de climas. O projeto prevê o estímulo às economias locais e a redução das desigualdades regionais. O texto estabelece ainda que a articulação será feita entre os entes e o setor privado.

Paim diz que MP ataca o jornalismo ao revogar registro

Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem em Plenário que as Federações Nacional dos Jornalistas e dos Radialistas e seus sindicatos filiados são contrárias à MP 905/2019, que altera a legislação trabalhista. Na opinião do senador, a luta da categoria é justa, já que a MP acaba com a exigência de registro para a atuação de jornalistas. Paim afirmou que as medidas são irresponsáveis, pois permitem o exercício dessas mesmas profissões por pessoas não habilitadas. Tal fato, em sua opinião, traria prejuízos para a sociedade.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Wellington Fagundes comemora Força Nacional em MT

Wellington Fagundes (PL-MT) disse ontem em Plenário que o governo federal autorizou o



Jefferson Ruy/Agência Senado

emprego da Força Nacional de Segurança para combater o crime organizado na região de fronteira em Mato Grosso, para ele um caminho aberto à entrada de armas ilegais e drogas e ao aumento da violência em Mato Grosso e em todo o Brasil.

— É seguir, portanto, na defesa da implantação de um projeto integrado de ocupação de nossa faixa de fronteira, inclusive para gerar desenvolvimento, oportunidades e empregos.

RÁPIDAS

TAXA DE CARTÓRIO PARA IMÓVEL EM REGULARIZAÇÃO DEVERÁ SER EXTINTA

Proprietários de imóveis urbanos e rurais em programas de regularização fundiária de interesse social podem ficar isentos de pagar emolumentos de serviços de registro prestados por cartórios. A medida está no PL 4.810/2019, de Irajá (PSD-TO), aprovado ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

AVANÇA CONSÓRCIO MAIS SIMPLES PARA FURAR POÇOS ARTESIANOS NO SEMIÁRIDO

Projeto que facilita a instalação de poços artesanais em cidades do semiárido foi aprovado ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Do deputado Domingos Neto (PSD-CE), o PLC 111/2015 simplifica a celebração de consórcios públicos para facilitar a compra, o custeio e o uso de máquinas perfuratrizes de poços.